

SE SOUBÉSSEMOS O QUE ACONTECEU, FICARÍAMOS ENOJADOS? A POLÍTICA CONTEMPORÂNEA E O FAZER HISTORIOGRÁFICO

Lucas Duarte¹

Nessa época de negação e revisionismo segundo a qual os cadáveres das fossas comuns dos campos de concentração, as montanhas de sapatos e óculos ainda visíveis hoje em Auschwitz não são mais que fumaça saída das chaminés da imaginação de historiadores sectários, falar de arames farpados parece sarcasticamente tautológico.

Antonio Tabucchi²

Resumo

No presente trabalho procuramos estabelecer de forma introdutória um debate epistemológico a respeito das transformações no estudo da História ao longo das últimas décadas. A partir de autores como Enzo Traverso, Ellen Wood e Carlo Ginzburg, quisemos identificar a trajetória global que deu sentido a muitas das mudanças na interpretação do passado, sublinhando seu componente conservador de “despolitização”. Nesse cenário, a problematização das premissas que informam uma certa historiografia baseada no assim chamado “apoio social aos regimes autoritários” pareceu-nos fundamental. Realizamos, então, um levantamento preliminar da historiografia brasileira a respeito dos golpes militares, procurando localizar nosso trabalho num amplo histórico de discussões sobre os anos 60 e 70 no Cone Sul. Demarcando as limitações teóricas de leituras que se tem chamado de revisionistas, sublinhamos a importância de determinados parâmetros de verificabilidade para a consecução da pesquisa histórica.

Entre os dias 10 e 11 de agosto de 1974, o *Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP)* realizou um operativo de ocupação da *Fábrica Militar de Pólvoras y Explosivos* de Villa María, localizada na província argentina de Córdoba. Segundo nos faz saber uma nota publicada em *Estrella Roja*³ na semana seguinte, como saldo do empreendimento a organização logrou “recuperar para a causa do povo”⁴ uma quantidade considerável de armamentos e munição – ao redor de 100 fuzis de assalto, metralhadoras e granadas. Em seguida, lia-se: “além disso, foram detidos o sub-chefe da unidade inimiga, Major Argentino Larraburre, e o Capitão García”⁵. Na capa daquela edição uma fotografia do oficial antecipava: “Larraburre no cárcere do povo”.

¹ Doutorando em História pelo Instituto de Altos Estudios Sociales/UNSAM, bolsista CONICET/CeDIInCI

² TABUCCHI, Antonio. *Se está haciendo cada vez más tarde*. Barcelona: Anagrama, 2002, p.61.

³ Periódico publicado pela organização político-militar *Ejército Revolucionario del Pueblo* entre 1971 e 1976.

⁴ EL COMBATE de Villa María. Parte de Guerra. *Estrella Roja*, n. 38, 19/08/1974, p.13.

⁵ EL COMBATE de Villa María. *Loc. cit.*

É difícil saber com precisão os caminhos que, a partir da captura, levaram o Major, em novembro, a seu cativeiro definitivo em Rosario de onde sairia somente 372 dias mais tarde, já sem vida. Seu corpo foi encontrado no dia 23 de agosto de 1975 nos arredores da cidade e naquela mesma manhã foram realizadas as primeiras investigações a respeito da causa de sua morte⁶. A versão divulgada pelos militares naquela altura sugeria o assassinato por estrangulamento de um indivíduo desnutrido e torturado, apesar de que as autopsias realizadas na sequência da aparição do corpo, entre agosto e setembro de 1975, ainda antes do golpe militar de maio de 1976, apontassem num sentido diferente⁷. Os membros envolvidos do ERP sustentaram a afirmação de um suicídio. O caso, envolto em incertezas, tornou-se emblemático nos debates sobre a violência política setentista, e foi utilizado inúmeras vezes por setores da sociedade simpáticos aos governos militares em seus clamores pelo julgamento dos chamados “crimes da guerrilha”. Quer dizer, a morte de Larrabure nunca se ausentou por completo do debate político argentino: quarta-feira, 21 de março de 2018, a Câmara Federal reuniu-se em Rosario para avaliar o pedido de reabertura do caso sob acusação de delito de lesa-humanidade. Voltaremos a ele.

Em 16 dezembro de 1969, Aldo Palumbo, cronista do jornal italiano *L'Unità*, encontrou-se à saída da sede da polícia de Milão com o corpo do ferroviário anarquista Giuseppe “Pino” Pinelli, convocado àquele estabelecimento dois dias antes para dar esclarecimentos sobre um suposto envolvimento no atentado à bomba que atingira a sede da *Banca dell'Agricoltura* no dia 12 daquele mês⁸. Foi o primeiro a deparar-se com uma morte sobre a qual circularam ao menos três versões distintas – suicídio, desmaio, assassinato⁹ - e à qual se somaria, em 17 de maio de 1972, o cadáver de Luigi Calabresi, então comissário daquela chefatura, apontado por setores da esquerda como responsável pela morte de Pinelli. Ninguém reivindicou a autoria do atentado contra o chefe de polícia, apesar de que em algum momento tenham sido considerados suspeitos grupos vinculados à extrema-direita¹⁰.

Em 1988, confissões realizadas sob circunstâncias contraditórias por Leonardo Marino deram início a uma controversa investigação que nove anos mais tarde sentenciou a condenação de Adriano Sofri, Ovidio Bompreschi e Giorgio Pietrostefani, ex-líderes da organização armada da esquerda extraparlamentar, *Lotta Continua*, pelo assassinato de Calabresi. Carlo Ginzburg realizou uma análise pormenorizada dos autos do processo apontando suas incongruências, seus problemas

⁶ DEL FRADE, Carlos. El asesinato que no fue. *Página 12*, 23/08/2009, s/p. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-130454-2009-08-23.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

⁷ FERRARI, Germán. *Símbolos y Fantasmas: las víctimas de la guerrilha: de la amnistía a la “justicia para todos”*. Sudamericana, Buenos Aires, 2009, 368p.

⁸ LANZA, Luciano. Romanzo di una strage. *FQ Millennium*. Il Fatto Quotidiano. Itália, Cultura | 28/03/2012. Cultura. Disponível em: <<https://www.ilfattoquotidiano.it/2012/03/28/romanzo-strage/200682/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

⁹ GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Madrid: ANAYA & Mario Mucnik, 1993. p.16

¹⁰ GINZBURG, Carlo, *op. cit.*

de método, as arbitrariedades cometidas¹¹. Resta pouco a dizer depois disso. Os elementos apontados pelo historiador italiano abrem um caminho ineludível à crítica do procedimento jurídico que conduziu à “condenação de *Lotta Continua* em conjunto”¹². O que chama atenção, por outro lado, é a participação ativa de um estudioso de seu calibre em um debate que transcende, sem abandonar, as fronteiras do fazer historiográfico.

Regressemos à possibilidade de reabertura do processo Larrabure. Seu ressurgimento na cena política argentina mobilizou uma quantidade notável de cientistas sociais de áreas diversas a se manifestarem contrariamente à equiparação dos atos cometidos pela guerrilha àqueles levados a cabo pelo Estado terrorista. Em linhas gerais, não é difícil refutar o raciocínio que tenta fazer coincidirem – ou coloca em questão – as 30 mil vítimas do poder estatal com o suposto assassinato de um militar de alta patente. Em certo sentido, os argumentos esgrimidos pelos defensores da efetivação de uma “memória completa” propícia a condenar a gregos e troianos, ou de igualar fascistas e antifascistas, têm sua raiz conservadora bastante definida e se assentam fundamentalmente em uma percepção anti-esquerdista, anti-revolucionária e demo-liberal do processo histórico. Assim mesmo, o que efetivamente está em jogo nesses debates, e são a raiz de sua importância, são os vínculos entre o passado e o presente, as possibilidades de elaboração de um conhecimento histórico *verdadeiro* e o papel da historiografia no debate público sobre certos eventos pretéritos. Cada um desses elementos mereceria uma reflexão pormenorizada, mas trataremos de capturá-los aqui nos aspectos que mais podem interessar a um trabalho dedicado à história recente.

Arno Meyer publicou, no ano 2000, um livro dedicado à análise conectada da Revolução Francesa e da Revolução Russa, especialmente dos momentos que chamou de “fúrias”, ou seja, em que a violência foi exercida pelo poder rebelde de forma mais ampla e contundente. O texto foi produzido ao longo dos anos 90 guiado pela intenção de intervir nos debates despertados pela comemoração do bicentenário da revolução na França. Uma das primeiras constatações do pesquisador americano é que, praticamente desde 1789, havia três posturas recorrentes no trato dos historiadores para com aquela experiência: “abjurar e condenar a Revolução em sua integridade; resgatar a ‘revolução sem uma revolução’, frente à revolução radical do Terror; exaltar e justificar a revolução, *en bloc*¹³” e que, de modo arquetípico, isso se estendia também às avaliações sobre a Revolução Russa. No entanto, Meyer chama a atenção para o que àquela altura, em 1989, se constituiu como uma sorte de tendência a concentrar as análises naquela primeira forma de apreensão, informada pelos vínculos entre aqueles acontecimentos e o passado recente francês.

¹¹ GINZBURG, Carlo, *op. cit.*

¹² GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Madrid: ANAYA & Mario Mucnik, 1993, p.26.

¹³ MEYER, Arno. *Las Furias*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000. p.11.

(...) o debate do bicentenário se tornou especialmente polêmico e apaixonado. Em parte isso foi assim porque, como caberia esperar, serviu de telão para discussões acaloradas sobre um passado recente da França ainda não superado. (...) Não era alheio a isto o fato de que a grande questão histórica que se ventilava estivesse marcada pelo cambiante *Zeitgeist* que, por sua vez, contribuía a modelar. Por causa, ou apesar, do regresso da “esquerda” moderada ao poder na França em 1981, houve um ressurgimento vigoroso da extrema “direita” e do conservadorismo tradicional. Essa mutação política e intelectual coincidiu com a ascensão de Ronald Reagan e Margaret Thatcher e de seus assistentes neoconservadores nos Estados Unidos e na Grã Bretanha, e com o avanço da glasnost e da perestroika na Europa central e do leste, e na Rússia. Enquanto isso acontecia, o marxismo acadêmico era levado pela corrente. Esse foi o contexto em que ressurgiram os historiadores conservadores para reviver e atualizar sua postura: argumentaram que a Revolução Francesa, além de um pecado imperdoável, era a origem final de todos os fogos do purgatório do século XX. Sem dúvidas, esses “contrarrevolucionários modernos” teriam ficado em nada se não houvessem encontrado almas gêmeas e companheiros de viagem entre os conservadores moderados e os novos democratas liberais¹⁴.

Meyer destapa de modo fluido a vinculação entre as perspectivas de interpretação dos dois eventos aos quais se dedica e as transformações experimentadas no cenário político internacional naquele contexto. O que salta de seu comentário, em linhas gerais, é a convicção nas relações irremissíveis entre o passado e sua abordagem no presente, e é quase possível lamentar que não se tenha detido mais longamente em sua próspera reflexão. A seguir, o autor identifica a operação historiográfica levada a cabo por certos grupos de intelectuais em sua arremetida conservadora:

Em primeiro lugar, postularam a semelhança das causas últimas e de funcionamento da ascensão da violência das Revoluções francesa e russa: se disse que Robespierre, Rousseau e o Grande Terror eram praticamente o mesmo que Lenin/Stálin, Marx e o Gulag. Interpretaram o Terror jacobino à luz do Terror Bolchevique, e afirmaram que o governo do medo e do sangue de 1793-1794 havia sido o ensaio geral e o presságio do governo de 1917-1989. O segundo passo consistiu em estirar a analogia até abarcar o Terceiro Reich. Se disse que os regimes soviético e nazi foram no fundamento, quando não em sua totalidade, idênticos: ambos eram variantes do mesmo totalitarismo, cujas raízes filosóficas se remontavam ao momento jacobino. Quaisquer que fossem as diferenças entre ambos os regimes – não havia equivalente soviético para o racismo genocida do nazismo –, estas pesavam menos que as semelhanças de suas estruturas e métodos de dominação, e que a resolução de suas fúrias criminosas. (...) Se estava semeando o terreno para reabilitação e justificação do imperativo anticomunista do fascismo e o nacional-socialismo, incluindo a “revolução nacional” da França de Vichy¹⁵.

Chama a atenção o fato de que, em sua argumentação, Meyer, ao que tudo indica de modo deliberado, flexibilize as linhas entre debate intelectual ou acadêmico e a aparição de argumentos similares no espaço público. Além disso, o imperativo cronológico que separa a Revolução Francesa da Russa, e ambas do advento neoliberal-conservador, parece dissolver-se na elaboração de leituras que se voltam ao passado a partir de coordenadas específicas ditadas pela política do presente.

No caso da morte do Major Larraburre, essa conexão é também evidente. Os que reclamam a reabertura da causa, seu enquadramento enquanto crime de lesa humanidade, não estão alheios a

¹⁴MEYER, Arno. *Las Fúrias*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000, p.12, aspas no original.

¹⁵ *Ibidem*, p.13-14, aspas no original.

um intento de prescrição das políticas de memória levadas a cabo nos últimos anos e, menos ainda, ao conteúdo político de impugnação dos atos e organizações de esquerda no passado recente. Como apontado por Federico Lorenz,

Estas manifestações refletem um olhar sobre o passado recente que se consolidou desde o golpe de 1976, mas que se nutre de tradições de pensamento mais antigas, entre elas as que responsabilizam pela violência sempre a esquerda, a que confinam no papel da revulsão e da ilegalidade¹⁶.

Comentários mais contundentes a esse respeito foram feitos por Esteban Campos e Gabriel Rot em março de 2017. Para esses autores, a “saída do *closet*” da direita pró-militar nos últimos anos veio acompanhada da difusão de uma série de imprecisões e tergiversações sobre o passado recente orientadas pela referida luta por uma “memória completa” dedicada a “arrasar distinções e contextos, convertendo tudo o que toca em uma mesma equivalência”¹⁷. Em operação similar à mencionada por Meyer são iguados militares e guerrilheiros, os opressores e seus antagonistas. Nesta visão depreciativa do passado – eram todos maus –, não sobra espaço para nada além da reafirmação constante das virtudes de um presente demo-liberal. Retomaremos esse raciocínio adiante quando for o momento de aprofundar a análise sobre as coordenadas nas quais se move a produção do conhecimento histórico atualmente.

Se entendemos que é possível acessar a realidade histórica, avançamos para o fato de que há versões sobre o passado que não são verídicas ou, pelo menos, que há interpretações mais legítimas do que outras. O processo de reelaboração permanente das leituras sobre a história atende a uma dinâmica em que interferem inúmeros fatores contextuais. Sua execução é um dado incontornável: já se disse que cada geração lê o passado com lentes específicas. No entanto, em que pesem as mudanças constantes nos questionamentos ou nos interesses dirigidos às experiências vividas, e diante da existência de uma realidade histórica ao menos parcialmente acessível, essas interpretações terminam por mover-se em um campo limitado pelas evidências. Essa constatação aparentemente banal possui ressonâncias políticas e historiográficas extremamente sérias e confere um papel de centralidade à metodologia de trabalho dos historiadores.

Isso pode nos remeter à análise de Ginzburg sobre o caso Sofri. Contraindo a atuação de juizes e historiadores diante de suas investigações, o formulador do “paradigma indiciário” como método para a historiografia sublinha uma falta: “para muitos historiadores a noção de prova está passada de moda; assim como a verdade, à qual está ligada por um vínculo histórico (e por tanto

¹⁶ LORENZ, Federico. Por qué vuelven los 70? *Le Monde Diplomatique*, edición Cono Sur. Ed mar. 2017. n° 213. 03 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.eldiplo.org/213-derechos-humanos-cuestion-de-estado/por-que-vuelven-los-70/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

¹⁷ CAMPOS, Esteban; ROT, Gabriel. Neonegacionismo: sobre guerrilla, desaparecidos y devaluación del pasado. *La izquierda diario*, 10/3/2017. Disponível em: < <https://www.laizquierdadiario.com/Neonegacionismo-sobre-guerrilla-desaparecidos-y-devaluacion-del-pasado> >. Acesso em: 10 mar. 2017.

não necessário) muito forte. As razões dessa desvalorização são muitas e não todas de ordem intelectual”¹⁸. Para ele, uma dessas razões seria “a exagerada fortuna que alcançou, em ambos os lados do Atlântico, na França e nos Estados Unidos, o termo “representação”¹⁹. Adotado com radicalidade, esse conceito sugere uma abordagem das fontes apenas como “testemunhas de si mesmas”, impossibilitando o acesso à realidade com a qual dialogam e que representam de maneira complexa. Agrega:

Sabemos perfeitamente que todo testemunho está construído segundo um código determinado: alcançar a realidade histórica (ou a realidade) diretamente é por definição impossível. Mas inferir disso a incognoscibilidade da realidade significa cair em uma forma de ceticismo preguiçosamente radical que é, ao mesmo tempo, insustentável desde o ponto de vista existencial e contraditória desde o ponto de vista lógico: como é bem sabido, a eleição fundamental do cético não é submetida à dúvida metodológica que declara professar”²⁰.

As questões apresentadas até aqui abrem portas e janelas na direção de um questionamento a respeito de por que estudar história e, mais especificamente, por que fazê-lo segundo parâmetros científicos definidos e permanentemente revisados por uma comunidade acadêmica em expansão e não como um exercício literário ou diletante. Para retomar os exemplos que inauguraram esse texto, poderíamos perguntar: o que tem a ver os historiadores com os casos de Larraburre e Sofri e que – tão diversas – razões sugerem a demanda de uma intervenção pública ou teórica nesses debates?

Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi lembraram bem que não é aconselhável exagerar o papel de historiadores e historiadoras nos debates públicos sobre a história e a memória²¹. É certo que há muitos atores e com impactos diversos nesse cenário. No entanto, talvez fosse interessante reconhecer que dentre “os participantes do jogo” em que se disputam narrativas e apropriações a respeito do passado, a historiografia talvez seja a única comprometida, por princípio, com critérios de verificabilidade sobre aquilo que afirma. Isso, de imediato, a coloca em um plano distinto dos meios de comunicação, dos grupos religiosos ou da memória coletiva em suas múltiplas expressões. Desse compromisso advém sua responsabilidade. Mesmo assim, também é certo que esta diferença não coloca os historiadores em seu ofício a salvo de enganos, precipitações, “jogadas desleais”²² e outras formas de distorção do passado. As revisões que temos mencionado até aqui podem servir de exemplo.

A historiografia diante do espelho

¹⁸ GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*, p. 22

¹⁹ GINZBURG, Carlo. *Loc. Cit.*

²⁰ *Ibidem.* p.22-23.

²¹ BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, Dec. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752016000300807&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. 2018.

²² BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo, *op. cit.*

*Che Guevara e Bin Laden eram homens de pétreas convicções. Tentaram, cada um a seu modo, curvar o mundo a seus desejos. (...). Foi exatamente por falarem através de ações – armadas – é que os dois guerreiros tanto se distanciaram da democracia, território da palavra, da disputa contraditória, assumida e reconhecida, da alternância legalizada, da desconfiança organizada, do espaço próprio da política porque a guerra, ao contrário da fórmula lapidar e do senso comum, não é a continuação da política por outros meios, mas a sua mais clara negação*²³.

Daniel Aarão Reis Filho

*Que diferença há entre Santucho, Firmenich, Quieto e Galimberti, por uma parte, e Menéndez, Videla ou Massera pela outra? (...) Os chamados revolucionários se converteram em assassinos em série, desde Lenin, Trotsky, Stálin, Mao, até Fidel Castro e Ernesto Guevara*²⁴.

Óscar Del Barco

Na vasta e alarmante rede de boatos que circulam pelas redes sociais brasileiras, há alguns que se destacam pelo formato peculiar de interpelação do leitor. São textos iniciados com a interjeição: “se vocês soubessem o que aconteceu – no futebol, nas eleições, nos reality shows, etc. – ficariam enjoados”. O conteúdo, invariavelmente repleto de falsificações e de conjecturas pouco verossímeis, costuma se adaptar aos diferentes acontecimentos a que se refere, sem abrir mão de uma promessa reveladora capaz de trazer à luz algum – ou muitos – segredo repugnante. Essa é, provavelmente, a razão de sua capacidade propagatória. Como habitual em textos dessa estirpe, há um apelo constante à existência de tramas ocultas ignoradas por todos e todas – menos por quem escreve – cujo conhecimento seria capaz de transformar a compreensão de mundo de supostos leitores ou de, pelo menos, provocar-lhes um choque, uma náusea.

Sem ir mais fundo no caráter conspiratório e falacioso desse tipo de falsa notícia, é possível apreender de seu formato algumas características instigantes. Em primeiro lugar porque, na outra face daquilo que afirma, está a suposição de que o desconhecimento de certos termos, de certos elementos da realidade, ocasiona um bem-estar interrompido de forma contundente pela obtenção de informações. Em outras palavras, a ignorância sobre “o que realmente aconteceu” possibilitaria uma ilusória tranquilidade a seu respeito, seguramente interdita pela verdade vinda à tona. Federico Lorenz percebeu que, na Argentina, o discurso de setores conservadores que ele chamou

²³ REIS-FILHO, Daniel Aarão. Os dois guerreiros. A Opinião de Daniel Aarão Reis. Blog *A Viagem dos Argonautas*. Disponível em: <<https://aviagemdosargonautas.net/2014/12/05/a-opinio-de-daniel-aarao-reis-os-dois-guerreiros/>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

²⁴ DEL BARCO, Oscar. No Matarás. Carta de Oscar Del Barco. *Revista La Intemperie*, nº 17, Córdoba, 2005.

de *vulgata processista* repete, desde 1983 “a ideia conspirativa de que conta ‘o que não se disse até agora, a verdade oculta’, enquanto repete os argumentos dos militares no Julgamento das Juntas”²⁵.

De modo evidentemente mais elaborado, certos traços dessa expectativa têm sido reproduzidos por algumas tendências da historiografia contemporânea sobre as ditaduras militares que tiveram lugar no Cone Sul entre os anos 60 e 80. Em linhas gerais, o que lhes orienta é a convicção de que a respeito do golpe e de seus agentes estabeleceu-se uma memória histórica “confortável”, incapaz de revelar-nos esse “realmente acontecido” que nos causaria enojo obrigando a sociedade a “colocar-se diante do espelho”.

Os dois comentários que epigrafam esta parte do texto foram escritos sob circunstâncias e em contextos muito diversos. O primeiro é parte das análises elaboradas pelo historiador brasileiro Daniel Aarão Reis Filho a respeito do atentado de 11 de setembro de 2001. Ali se pode ler uma série de analogias a respeito do uso da força e da violência a partir da comparação inusual entre as figuras de Ernesto “Che” Guevara e Osama Bin Laden. O segundo comentário, do filósofo argentino Óscar Del Barco, tem em sua origem a intenção de intervir politicamente nas reflexões a respeito do passado recente argentino, especialmente nas discussões em torno da violência armada levada a cabo por organizações político-militares ao longo dos anos 60 e 70 do século XX. Seu texto, escrito em forma de carta e que ficou conhecido como “não matarás”, deu forma a uma polêmica ainda acesa no campo intelectual argentino.

Chama a atenção nos dois fragmentos que, a partir de uma abstrata intuição pacifista, os autores, ambos com passado de militância guerrilheira, se permitam ignorar as profundas contradições que separam os sentidos, as ferramentas, os métodos e as finalidades dos agentes que comparam. Esse tipo de equiparação abrupta realizada desde a academia – mas não somente – por sujeitos outrora envolvidos em projetos revolucionários pode fazer pensar nos comentários que Isaac Deutscher escreveu, em 1950, sobre o lugar ocupado pelos ex-comunistas no debate intelectual daquele então. De modo bastante ríspido, Deutscher aponta que esse indivíduo

continua sendo um sectário. É um estalinista virado do avesso. Segue vendo o mundo em preto e branco, só que agora as cores se distribuem de modo distinto. Como comunista, não via diferença entre os fascistas e os social-democratas. Como anticomunista, não vê diferença entre o nazismo e o comunismo. (...) Depois de haver sido arrebatado pela “maior ilusão”, agora está obcecado pela maior desilusão de nosso tempo ²⁶.

Em que pesem suas diferenças, há nos dois trechos algo que aqui nos interessa fortemente: em suas agravadas conclusões, ambos apontam para o que tem sido a espinha dorsal das

²⁵ LORENZ, Federico. Por qué vuelven los 70? *Le Monde Diplomatique*, edición Cono Sur. Ed mar. 2017. n° 213. 03 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.eldiplo.org/213-derechos-humanos-cuestion-de-estado/por-que-vuelven-los-70/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

²⁶ DEUTSCHER, Isaac. Resenha de “The God that Failed”. *The Reporter*. Nova Iorque, abril de 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/deutscher/1950/conciencia_ex-comunistas.htm>. Acesso em 13 mai. 2018.

interpretações conservadoras sobre a história recente com ampla ressonância no debate público. Se por um lado as releituras historiográficas sobre o período ditatorial brasileiro têm sido operadas, principalmente, sobre a base de uma crítica ao “déficit democrático” da sociedade em geral, e da esquerda em particular, não deixam de estar presentes revisões enunciadas a partir da avaliação depreciativa da experiência *setentista* no que diz respeito ao uso da violência armada por parte de algumas organizações revolucionárias. A partir desses dois mecanismos, o que se observa é uma aproximação complexa entre elementos que, em seu contexto, estiveram em franca oposição: eram todos anti-democráticos, eram todos violentos. A consequência dessa lógica é uma distribuição mais ou menos generalizada de responsabilidades pelo horror perpetrado nos dois países pela violência estatal. Algo que se entrevê no tom prescritivo latente nas comparações de Del Barco e Daniel Aarão Reis e que se estende a um ambiente intelectual mais generalizado que Enzo Traverso descreveu assim:

Os debates sobre as guerras, as revoluções, os fascismos e os genocídios que atravessaram a historiografia e, mais geralmente, as ciências sociais ao longo dessas últimas décadas esboçam o perfil de uma nova aproximação ao mundo contemporâneo que supera amplamente as fronteiras da investigação histórica. Suas tensões resultam permanentes entre o passado e o presente, a história e a memória, a expertise e o uso público do passado; (...) O antitotalitarismo liberal, um humanismo consensual e a naturalização da ordem dominante constituem as coordenadas gerais desse começo de século XXI. Os historiadores trabalham dentro dessas novas coordenadas políticas e “epistêmicas”²⁷.

Nesse cenário, ganham sentido as reflexões sobre as releituras do passado seu conteúdo crítico ou *revisionista*. Aqui, o conceito é destacado não somente porque seja central no debate historiográfico das últimas décadas no Brasil, mas também porque recupera o que, a princípio, mencionamos: só é possível inquirir os estudos sobre o passado a partir de categorias como “verdadeiro”, “falso”, “crítico”, “revisionista”, partindo de um entendimento racional da história. Em outras palavras, se aceitamos que é possível apreendê-la com maior ou menor justeza. Vale a pena estender um pouco o comentário sobre essa questão.

Talvez não seja exagerado imaginar que nos últimos anos se esteja exercitando uma transformação no conteúdo da expressão *revisionismo*. Ou ainda, que as distintas acepções do termo apresentadas por Enzo Traverso²⁸ encontrem em ambientes intelectuais específicos formas de utilização distintas. Se para o historiador italiano, sua eficácia era maior quando apreendido à maneira dos debates que entenderam como revisionistas as formulações políticas de Bernstein do que como crítica a determinadas correntes historiográficas, pode-se considerar que diante das polêmicas sobre o passado recente as diferenças entre uma forma e outra não sejam tão radicais. Para citar apenas um exemplo, no Brasil, a utilidade do conceito no enfrentamento de leituras

²⁷ TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p.14.

²⁸ Idem, *O passado, modos de usar: história, memória e política*. 2. ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

relativistas sobre a ditadura deve-se, sem dúvidas, ao rigor com que certos historiadores passaram a esgrimi-lo em suas análises críticas²⁹. Assim, avaliando o conteúdo historiográfico dos estudos ditos revisionistas, têm tratado de indicar suas reverberações políticas no presente. Desse modo, a um só tempo, a categoria é mobilizada como crítica teórico-política e científica-historiográfica. Essa possibilidade de síntese, ou ao menos de utilização particularmente dinâmica do conceito de *revisionismo* provavelmente explica porque em nenhuma outra historiografia do Cone Sul o termo tenha se difundido de modo tão substancial.

A origem desse tipo de utilização da expressão remonta às polêmicas historiográficas disparadas pelo fortalecimento de tendências anti-antifascistas na Itália e negacionistas na Alemanha nas últimas décadas do século XX. Ali, os autores críticos a essa orientação se utilizavam da expressão para indicar que algumas das novas interpretações sobre o nazi-fascismo nasciam orientadas não pela descoberta de novas fontes, mas por um exercício apologético da história e se baseavam, de modo geral, em sucessivas tergiversações sobre acontecimentos e dados já bem conhecidos. Nesse sentido, quando se cumpriram 70 anos da liberação italiana do fascismo, Angelo D’Orsi escreveu um pequeno balanço publicado no periódico *Il Manifesto* indicando que – a partir da queda do Muro –

a despeito dos estudos rigorosos levados adiante por historiadores sérios, foi o revisionismo quem prevaleceu, com trabalhos de segunda ou terceira mão, sobretudo nos meios de comunicação. Tornou-se uma moda a polêmica contra “a vulgata antifascista”, insistindo no caráter minoritário dos resistentes, nas distinções entre fascismo e nazismo, e sobretudo lançando furiosos golpes aos comunistas italianos, “culpados de antemão”³⁰.

Desse modo, apontou que “os revisionistas distribuíram ‘equitativamente’ erros e razões: nascia a retórica da ‘memória compartilhada’, em nome de uma ‘pacificação’ adequada ao clima pos-comunista neoliberal”³¹. O passado passava a ser tomado como um campo de ruínas onde se dissolviam as diferenças entre “vermelhos” e fascistas.

Algumas perguntas podem já ter saltado dessa argumentação. O que dizem exatamente os revisionistas? É possível identificar algum tipo de unidade argumentativa no processo de reinterpretção da história recente no Brasil e no mundo? A resposta a esta última questão tem, necessariamente, um alto nível de complexidade. Primeiro porque as historiografias nacionais costumam obedecer a movimentações políticas e de conjuntura locais tanto quanto às transformações em sentido mais amplo no fazer historiográfico. Assim, qualquer simplificação

²⁹ MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014; CALIL, Gilberto Grassi e SENA JUNIOR, Carlos Zacarias (orgs). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

³⁰ D’ORSI, Angelo. La lunga marcia revisionista dei vinti. *il Manifesto*, Itália, 25.4.2015. Disponível em: <<https://ilmanifesto.it/la-lunga-marcia-revisionista-dei-vinti/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

³¹ D’ORSI, Angelo, *op. cit.*

comparativa resultaria necessariamente arbitrária e, no limite, inútil. No entanto, por também obedecerem a uma lógica contextual compartilhada, é inegável que aparentemente elementos importantes em comum. Vejamos.

É possível que um dos elementos centrais das revisões operadas sobre o passado recente na historiografia contemporânea se relacione com o interesse refratário em relação à afirmação científica do conhecimento histórico. Não será casual que grande parte dessas obras, mesmo quando escritas por historiadores ou cientistas sociais, pertença ao campo testemunhal ou ensaístico e esteja alagada de afirmações generalistas mobilizando, de modo contingente, uma variedade de conceitos sem atentar para sua profundidade. Os trabalhos de Melo³² e Coelho apontam claramente essa falta. Talvez valha a pena, no nosso caso, demarcar a forma como nestes textos afirmações sobre a “esquerda”, a “sociedade”, a “democracia”, para ficar com alguns exemplos, são expressas de forma intuitiva e com indisfarçável imprecisão:

No entanto, as esquerdas têm recuperado este passado – ou construído sua memória – a partir do princípio de que a sociedade foi submetida, no momento do golpe e ao longo da ditadura à força da repressão (...) ³³.

Inseridos numa determinada cultura política, era difícil ver a aceitação do regime, compreendê-lo como produto da sociedade, que não lhe era estranho, que havia ali laços de identidade (...) A luta armada e a sociedade, dois mundos paralelos, desconhecidos um do outro; a vanguarda querendo transformar o que desconhecia, indiferente aos valores, às aspirações que moviam os indiferentes na direção oposta. Olhos cegos, ouvidos mudos, num contato impossível ³⁴.

Em suma, acredito que não foram exclusivamente os militares que quiseram - querem - esquecer. Mas a sociedade. E o mais curioso: as esquerdas revolucionárias, ao narrarem a experiência da luta armada sem olhos de ver, mantendo a interpretação da época, reafirmando-a, hoje, contribuem com o esquecimento ou com um lembrar que esquece ³⁵.

(...) as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como de resto à sociedade, inseridas nestas referências e tradições, não tinham a democracia um valor supremo ³⁶.

No mesmo movimento em que a sociedade demonizou a ditadura, associou-a exclusivamente a militares boçais, gorilas e a jogou para debaixo do tapete, jogou aquele lixo todo para debaixo do tapete, nesse mesmo movimento houve a recuperação positiva das esquerdas revolucionárias ³⁷.

³² MELO, Demian. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*. v.1, n.1, jul/dez 2013

³³ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. V. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.47.

³⁴ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ESQUECIMENTO_DAS_MEMORIAS.pdf Acesso em: 13 mai. 2017.

³⁵ ROLLEMBERG, Denise. *Loc. cit.*

³⁶ ROLLEMBERG, Denise, *Loc. cit.*

³⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Palestra realizada do dia 18/10/2006 na VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas. Disponível em < <https://docplayer.com.br/29425108-Ditadura-militar-e-revolucao-socialista-no-brasil-daniel-aarao-reis-filho-56.html>>. Acesso em: 8 abr. 2017

Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática³⁸.

Autoritários, soberbos, generosos e audaciosos, no limite da arrogância, equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico (...) por desejar aquela revolução que tanto amavam, mas que, definitivamente, faltara a o seu encontro³⁹.

não eram de modo algum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos⁴⁰.

Demian Melo⁴¹ já demonstrou as limitações metodológicas resultantes da abordagem da sociedade como um todo generalizável ao tratar do apoio aos regimes autoritários ou, simplesmente, de determinada cultura política compartilhada quase sem contradições. Se a sociedade, no limite, desejava o regime militar, porquê um golpe de Estado? Se os inimigos dos militares eram somente algumas centenas de jovens “soberbos”, “audaciosos”, porque não interromper a ditadura quando derrotada a guerrilha? A colaboração de setores civis no golpe de 1964 é um dos temas centrais da obra monumental de René Dreifuss⁴² que, no entanto, aponta para uma complexidade muito maior na análise das características específicas desses setores: empresariais, burgueses, conservadores. Nesse sentido, a constatação da participação de setores civis – da sociedade civil – no golpe e na sua manutenção não é uma novidade. O que desponta de forma tremenda nos casos mencionados é a generalização desse apoio a uma sociedade vácuca que não se entende bem qual seja.

É essa mesma concepção da sociedade que lhes permite afirmar a existência de uma memória coletiva confortável a respeito da ditadura. Ou, como Rollemberg escreve, uma memória contraditoriamente baseada nas recordações dos derrotados⁴³. É possível lamentar o fato de que esses autores nunca tenham procurado apresentar elementos que reforcem sua argumentação nesse sentido. Por outro lado, um ligeiríssimo olhar sobre o debate público como está colocado atualmente aponta para a fragilidade dessa constatação. É mais, lhe contradiz. O ressurgimento do protagonismo militar em processos recentes como o julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou a reivindicação pública por parte de dirigentes políticos, indivíduos ou órgãos de comunicação de personagens historicamente vinculados às arbitrariedades cometidas ao longo da ditadura, denotam a coexistência, a complexidade e a pluralidade de formas de abordagem do

³⁸ GASPARI, Elio. Entrevista a Daniel Aarão Reis Filho em 23 de setembro de 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2309200113.htm>> Acesso em: 12 mar 2018.

³⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.74.

⁴⁰ *Ibidem*, p.70.

⁴¹ MELO, Demian. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*. v.1, n.1, jul/dez 2013.

⁴² DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁴³ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91.

passado recente e a persistência de violentas batalhas simbólicas em torno da constituição de uma memória comum. Dando alguns passos atrás, é possível lembrar também que diante da candidatura e eleição da ex-presidente Dilma Rousseff, seu passado guerrilheiro, longe de ter sido alvo de uma unânime valorização, foi utilizado em diversas ocasiões com tonalidades acusatórias. Se esses fatores não devem ser suficientes para definir o conteúdo da memória coletiva sobre a ditadura no Brasil, tampouco podem ser ignorados em sua caracterização.

Podemos aprofundar esse questionamento. Rollemberg e Reis Filho têm razão quando sublinham que a memória está cheia de esquecimentos. Que sua elaboração passa pelo abandono de traços do passado tidos como incômodos ao tipo de presente que se quer elaborar. Mas é possível inverter sua linha de raciocínio e propor uma questão tão interessante quanto: o deslocamento do sentido da atuação militante da *revolução* para a *resistência* deve realmente ser entendida como uma sorte de “vitória dos vencidos” no campo da memória? Não será esse, exatamente, o testamento de sua derrota? Não é justamente porque seus projetos revolucionários foram desbaratados nacional e internacionalmente que hoje, golpeados por uma memória normativa demoliberal⁴⁴, impedidos de orgulhar-se de suas trajetórias, mesmo os protagonistas daquelas lutas, sentem dificuldades em reconhecer-se como tais? Porque se é falsa a contradição entre luta pela revolução e resistência ao regime ditatorial, como foi apontado por autores como Marcelo Ridenti⁴⁵, talvez coubesse perguntar, então, porque – se considerarmos que houve – o abandono taxativo daquele primeiro elemento.

E isto leva ao último ponto que gostaríamos de destacar na obra desses dois autores, ou no revisionismo contemporâneo de modo geral: a falsa oposição que estabelecem entre luta revolucionária, ou pelo socialismo, e a democracia. Talvez como a memória, a constatação de Daniel Aarão Reis Filho, “não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática” também esteja marcada pelo esquecimento. O mesmo autor foi responsável pela publicação, ao lado de Jair Ferreira de Sá, de uma série de documentos referentes às organizações políticas de esquerda intitulada *Imagens da Revolução*, em 1985⁴⁶. Vale a pena folheá-la:

Finalmente, um governo popular revolucionário, fiel interprete da soberania do povo, assegurará a plena democracia da vida política brasileira, garantindo ampla liberdade de palavra, de reunião, de associação, de greve, de imprensa, de culto religioso⁴⁷.

⁴⁴ TRAVERSO, Enzo. *Malinconia di sinistra: una tradizione nascosta*. Milão: Feltrinelli, 2016.

⁴⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.

⁴⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

⁴⁷ PARTIDO Comunista do Brasil, *Manifesto Programa*, Fevereiro de 1962. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de, *Ibidem*, p.32.

A revolução fará surgir um autêntico governo do povo, um regime democrático e progressista⁴⁸.

como a revolução brasileira objetiva eliminar a dominação de classe do neocolonialismo, dos latifundiários, da burguesia importadora-exportadora, da burguesia financeira e da burguesia integrada, caracteriza-se como uma revolução antineocolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas. Por esta razão, a atual etapa da revolução brasileira objetiva instituir um regime democrático(...)⁴⁹.

Ao novo poder estatal cumprirá realizar, entre outras, as seguintes tarefas: (...) 6 – garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real participação nos órgãos de poder e o seu controle⁵⁰.

O objetivo imediato da Revolução Proletária no Brasil é a constituição do proletariado em classe dominante, com a conquista do poder político e a destruição da opressão da burguesia sobre as massas exploradas (...), na constituição de uma Democracia Popular, isto é, um Estado democrático das massas trabalhadoras, sob a direção da classe operária, organizado sob os seguintes princípios: (...) 4- Ampla liberdade e direitos democráticos dos trabalhadores e das massas populares⁵¹.

A meta imediata pela qual se bate na atual etapa da revolução brasileira é o programa de todo o povo brasileiro; a revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e agrária. (...) É uma revolução nacional-democrática de tipo novo(...)⁵²

Somente sob uma Democracia Socialista será possível levantar rapidamente o nível cultural das grandes massas, para que possam desfrutar das conquistas científicas e técnicas do nosso século⁵³

São complexas as formas de aparição, apropriação e elaboração a respeito dos ideais democráticos nesses textos. Se por um lado, fazem menção ao estabelecimento de um governo atento às liberdades democráticas, por outro é também evidente que se trata de um novo modelo, de uma forma em certo sentido mais profunda. Diego Grossi Pacheco demonstrou que dessas formulações variadas, diversas entre si, emergia uma concepção de democracia que buscava recuperar seu potencial revolucionário, radicalizando a ideia de participação popular⁵⁴. Por isso, a ausência acusada por Daniel Aarão Reis não é a de uma preocupação *lato sensu* para com a democracia – já que ela está ali em suas versões amplificadas, aprofundadas, transgressoras –, mas a

⁴⁸ PARTIDO Comunista do Brasil. *União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. Junho de 1966. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de Mesmo, *Ibidem*, p. 65.

⁴⁹ PARTIDO Comunista do Brasil - Ala vermelha. *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista"*. Dezembro de 1967, In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de, *Ibidem*. p.121.

⁵⁰ PARTIDO Comunista Brasileiro Revolucionário. *Linha Política*. Abril de 1968, in REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de, p.166.

⁵¹ PARTIDO Revolucionário dos Trabalhadores. *Projeto de Programa*. Janeiro de 1969, in: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de p. 199.

⁵² AÇÃO Popular Marxista-Leninista. *Programa Básico*. Março de 1971, in: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de p.301.

⁵³ ORGANIZAÇÃO Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP). *Programa Socialista para o Brasil*. Setembro de 1967, p.106 FALTA O LIVRO OU É O MESMO?

⁵⁴ PACHECO, Diego Grossi. *Revolução, Socialismo e Democracia: os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada à ditadura militar no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

de um tipo de democracia bastante específico, dominante no presente desde o qual o historiador brasileiro dirige seu olhar ao passado.

Bruno Groppo escreveu sobre isso há algum tempo enquanto analisava alguns deslocamentos no interior da historiografia a partir, sobretudo, da queda do Muro de Berlim em 1989:

Os debates historiográficos, onde o que está em jogo é a interpretação do passado (e por tanto o sentido que se deverá atribuir a este último) se transformam frequentemente em enfrentamentos políticos e ideológicos: a história se torna então em um campo de batalha onde todos os golpes estão permitidos. Os vencedores provisórios dessa disputa em torno da utilização política do passado são sobretudo os historiadores de orientação liberal – conservadora⁵⁵.

Isso provavelmente explica, ao menos parcialmente, algumas transformações observadas por Demian Melo na abordagem historiográfica do período militar brasileiro, sobretudo a partir do cumprimento de trinta anos do golpe. Para ele, decisivo intérprete da operação revisionista no Brasil, a partir dos anos 90:

Participando do deslocamento do capitalismo do centro da reflexão sobre o sentido da ditadura, a historiografia revisionista põe em seu lugar um programa de investigações dedicado a analisar o “apoio” da “sociedade” ao autoritarismo, incorporando perspectiva muito próxima ao revisionismo de Daniel Goldhagen em seu livro “Os carrascos voluntários de Hitler (1997)”. Apesar de rechaçada pela maior parte dos especialistas, exatamente por culpar “todos os alemães” pela *Shoà*, um ponto de vista semelhante ao de Goldhagen parece estar presente nestes trabalhos interessados em apresentar o que seria “a opinião dos brasileiros sobre a ditadura” – algo evidente a partir da afirmação de que a esquerda também era “golpista” e “autoritária”, o que se passa a dizer agora é que também a “sociedade brasileira” foi cúmplice daquela ditadura. Nesta visão, a “sociedade” é tratada de forma fetichista, quase como se fosse uma pessoa, algo, aliás presente no paradigma liberal – que a define como uma “soma de indivíduos” – e que engendra argumentos como os de que “não é possível vitimizar a sociedade”, ou de que, sendo pessoa, deveria “colocar-se frente ao espelho”⁵⁶.

Apesar de seu acordo em relação ao fato de que tais características dão uma sorte de unidade complexa aos trabalhos que compõem esta corrente, Eurelino Coelho apresentou objeções à sua caracterização enquanto historiografia revisionista. Entendendo-a como parte de um *golpe historiográfico*, o autor de *Uma esquerda para o capital*, assinala que as ideias centrais difundidas pelos historiadores ditos revisionistas já circulavam desde a década de 80 em publicações diversas: “a enunciação de peças argumentativas que, sem assumir necessariamente uma posição abertamente apologética, corroboram, de algum modo, o discurso da ditadura sobre si mesma, começou a

⁵⁵ GROPPPO, Bruno. “Revisionismo” histórico y cambio de paradigmas en Italia y Alemania. Políticas de la Memoria, Buenos Aires, n. 4, p.47-60, verão de 2003/2004

⁵⁶MELO, Demian Bezerra de. *Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. Marx e o Marxismo* v.1, n.1, jul/dez 2013.

despontar desde muito cedo”⁵⁷. Portanto, esta não seria uma forma de leitura erigida contra uma tradição historiográfica já estabelecida, mas uma ordem de discurso que, desde praticamente o próprio período ditatorial, coexistiu com leituras elaboradas de modo crítico ao regime. Coelho identifica em alguns textos de Fernando Henrique Cardoso interpretações similares às que mais recentemente tornaram centrais nos trabalhos revisionistas. Nesses textos, o sociólogo paulista operava já uma divisão das responsabilidades pelo golpe e identificava nos “extremismos” de direita e esquerda o grande entrave para a redemocratização do país tal como ele a imaginava. Para Coelho, portanto, é “porque se tornou relevante para o bloco dominante” que a matriz dita revisionista passou a ocupar um lugar de destaque no debate público e acadêmico. Nesse sentido, é a possibilidade de interpelar, com seu olhar ao passado, atores do presente o que lhe torna particularmente eficaz:

Por isso, a propósito de tratar do passado, o golpe historiográfico atinge adversários do presente. Ao acusar a esquerda de responsabilidade pelo golpe militar ou pela continuidade agravada da ditadura, algo também acusatório está sendo dito sobre a esquerda anticapitalista de hoje, que já se encontra em situação bem difícil na correlação de forças, e sobre suas políticas avessas à conciliação de classes. Ao desenhar com cores lúgubres o caráter golpista dos que se mobilizaram pelas reformas de base, aparece no verso do papel, nas mesmas cores, a imagem dos projetos políticos que ainda insistem na possibilidade de que o poder político, em outras mãos e completamente reconfigurado, sirva para a promoção de mudanças substantivas e não para a perpetuação do status quo. Por fim, ao atacar o caráter supostamente antidemocrático dos que combateram a ditadura, assesta-se um golpe em todos os que ousam desafiar, por discursos e ações, os limites da concepção procedimental e se entregam à construção de formas políticas de democracia que não se apartem de seus conteúdos sociais, isto é, à edificação da democracia como poder popular, na direção apontada pela própria palavra⁵⁸

É muito provável que parte desses débitos conceituais derive do abandono de categorias como ideologia e classe social. Em sua ausência, a mobilização de trabalhadores, setores populares ou, como dizem textos dessa corrente, “pessoas comuns”, na direção de projetos políticos conservadores ou burgueses ocorre sob um céu indene, onde não é possível perceber condicionamentos materiais ou influências diversas na construção de suas escolhas. A existência do apoio aos regimes autoritários fica, portanto, relegada a uma *cultura política* de matriz semelhante ou mesmo abandonada ao acaso das contingências – nem sempre há perguntas nesse sentido.

Considerações Finais

As recentes manifestações públicas, no Brasil, de setores conservadores reivindicando ditaduras, torturadores, ou negando eventos históricos suficientemente conhecidos e comprovados ressalta, ou reposiciona, a leitura que devemos fazer sobre o trabalho do historiador justamente porque leva ao extremo a evidência de vínculos entre o passado e seu estudo no presente. Levado a

⁵⁷ COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. *História Revista*, Vol. 20, n. 1, 2015. p. 120–141

⁵⁸ COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. *História Revista*, Vol.20, n. 1, 2015

sério o esforço de evitar anacronismos, é indiscutível a capacidade de os acontecimentos presentes iluminarem questões da história. Um exemplo: observando as tramas que levaram ao último golpe no Brasil é possível refrescar o interesse pelo papel dos vários meios de comunicação de massa na formulação de consensos e no gerenciamento de visões de mundo subordinadas a seus interesses. Ignorando alguns destes mecanismos é difícil explicar o surgimento de um pânico generalizado em determinados setores da sociedade a respeito dos perigos de uma instauração comunista supostamente em curso nos últimos anos. Ou ainda a origem de algumas convicções bem difundidas sobre a situação econômica ou o quadro social de países como a Venezuela.

Em um país devastado pela crise política, econômica e que chafurda na lama de onde não cessam de ascender os elementos de um conservadorismo cada vez mais estouvado, o noticiário nacional trouxe à tona, com alguma ironia, a notícia adiante:

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, classificou o golpe militar de 1964 como “movimento de 64”, se apoiando na obra do historiador carioca Daniel Aarão Reis, ele também disse que esquerda e direita tiveram responsabilidade no momento da tomada de poder pelos militares naquela ocasião, mas que depois acharam “conveniente” culpar os militares pelo período de 21 anos no governo. É bom registrar aquilo que diz Daniel Aarão Reis... que os dois lados (esquerda e direita) tiveram a conveniência de se retirar e de não assumir os erros dos dois lados e dizer que tudo isso era problema de militar”⁵⁹

A tendência *negacionista*, tão difundida num debate político intensamente frequentado pela ultra-direita contemporânea, procura em certas correntes da historiografia o seu combustível essencial. O rio e o mar se encontram: por detrás da presunção academicista, do discurso pretensamente científico com que tantos e tantas ascenderam ao cume da burocracia universitária, exacerbando uma rejeição ao componente político do estudo da história, ocultava-se o gérmen de um revisionismo que agora ameaça tornar-se em negação. Mais do que nunca, a falta de um horizonte emancipador mostra seus dolorosos limites:

O valor cognitivo da obra de um historiador depende, por conseguinte da natureza de seu ideal. Sua compreensão do passado cobra força e profundidade a partir de um objetivo social que se acha em harmonia com as realidades de sua própria época e com o impulso de sua própria geração. Um objetivo reacionário tende a obnubilar a mente do historiador tanto sobre o passado quanto sobre o presente. Suspirando por tempos passados, nem sequer pode compreendê-los. Não pode lograr um diálogo frutífero entre passado e futuro porque carece de contato com este.⁶⁰

⁵⁹ BELO, Pedro. *Toffoli diz que prefere chamar golpe militar de “movimento de 64”*. Exame, Abril, 01 de outubro de 2018, disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/toffoli-cita-historiador-e-diz-que-brasil-teve-movimento-de-64/>

⁶⁰ DEUTSCHER, Isaac. *Ironias de la historia*. Ediciones Península: Barcelona, 1975, p.229.

Uma história sem partido, deslocada no tempo e no espaço, pretensamente dedicada ao escrutínio indiferente do passado não pode mais que abrir caminho às reivindicações conservadoras recheadas de enganos e manipulações. Abolidos os critérios de verificabilidade, nos encontramos, afinal, despojados das armas da crítica. Sob o disfarce do rigor acadêmico, cintilou por muitos anos a imobilidade de uma historiografia que, incapaz de compreender a política do passado, é devastada agora pelos tratores do presente. Já é hora de indagar o vínculo que há, no limite, entre as hordas bárbaras que atacam a embaixada da Alemanha por sua crítica ao nazismo⁶¹ e os historiadores que, sobre os muros da fortaleza universitária, permitem-se não distinguir seu conteúdo reacionário: “o nazismo nasce no meio de uma crise de referências muito grande após a Primeira Guerra. Muitos passaram de um lado para outro. Os valores muitas vezes vão se embaralhar, e esses conceitos de direita e esquerda atuais não resolvem bem o problema”⁶²

Refletir sobre isso pode ajudar a compreender que o êxito aterrador das *fake news* reside tanto em sua capacidade de dialogar com antigos fantasmas, sempre em ronda, quanto no desinteresse de parte da intelectualidade em penetrar criticamente o debate público. Em um cenário devastado pelo ajuste fiscal, pelo desemprego e com até as mais básicas instituições democrático-burguesas debilitadas pelo último golpe de Estado e pela vitória eleitoral de um candidato fascista, todas essas perguntas ganham um sentido ainda mais potente. Certos setores da academia veem, através de suas janelas também ameaçadas, também decadentes, o avanço renitente de uma onda conservadora que ajudaram a alimentar. Que esta seja, pelo menos, uma ocasião de radical questionamento, de surgimento de reflexões rebeldes, de exercício de projetos revolucionários. De aprender, enfim, sobre os perigos de colocar, por tanto tempo, as barbas de molho.

⁶¹ ROSSI, Marina. *Fremdschämen, a constrangedora 'aula' sobre nazismo dos brasileiros aos alemães*. El país, 17 de setembro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605_958656.html

⁶² ROLLEMBERG, Denise. Entrevista a COSTA, Camila. *O nazismo era um movimento de esquerda ou de direita?*. BBC, 7 de maio de 2017, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39809236>